



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA  
CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA**

**LEIDYANNE ALVES DE LIMA**

**RELATO DE EXPERIÊNCIA DOCENTE E PERSPECTIVAS DE DISCENTES DO CURSO  
DE LICENCIATURA EM QUÍMICA DO CFP NO PROCESSO DE INCLUSÃO**

**CAJAZEIRAS-PB**

**2018**

**LEIDYANNE ALVES DE LIMA**

**RELATO DE EXPERIÊNCIA DOCENTE E PERSPECTIVAS DE DISCENTES DO CURSO  
DE LICENCIATURA EM QUÍMICA DO CFP NO PROCESSO DE INCLUSÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à comissão de diplomação do curso de Licenciatura em Química da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Química sob a orientação da professora Dr.<sup>a</sup> Albaneide Fernandes Wanderley.

**CAJAZEIRAS-PB**

**2018**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)  
Denize Santos Saraiva Lourenço - Bibliotecária CRB/15-1096  
Cajazeiras - Paraíba

L732r Lima, Leidyane Alves de.  
Relato de experiência docente e perspectivas de discentes do curso de licenciatura em química do CFP no processo de inclusão / Leidyane Alves de Lima. - Cajazeiras, 2018.  
31f.: il.  
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Albaneide Fernandes Wanderley.  
Monografia (Licenciatura em Química) UFCG/CFP, 2018.

1. Educação inclusiva em química. 2. Ensino de química. 3. Ensino de qualidade. 4. Química – discentes surdos. I. Wanderley, Albaneide Fernandes. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU- 54:376

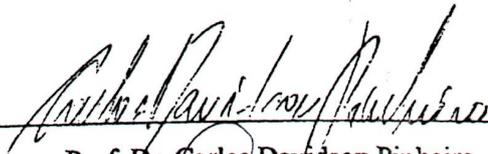
**LEIDYANNE ALVES DE LIMA**

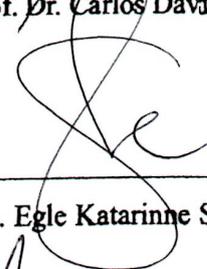
**RELATO DE EXPERIÊNCIA DOCENTE E PERSPECTIVAS DE DISCENTES DO CURSO  
DE LICENCIATURA EM QUÍMICA DO CFP NO PROCESSO DE INCLUSÃO**

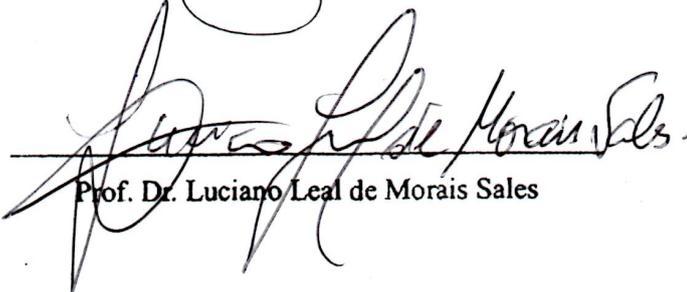
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à comissão de diplomação do curso de Licenciatura em Química da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Química.

Aprovado em Cajazeiras/PB: 14, 12, 18.

**BANCA EXAMINADORA**

  
Prof. Dr. Carlos Davidson Pinheiro

  
Esp. Egle Katarinne Souza da Silva

  
Prof. Dr. Luciano Leal de Moraes Sales

**Dedico esse trabalho a Deus, a minha família que a todo tempo esteve ao meu lado, apoiando-me a não desistir dos meus objetivos e a todos professores e amigos que convivi durante toda essa caminhada.**

**O sucesso nada mais é que ir de fracasso em fracasso sem que se perca o entusiasmo (Winston Churchill).**

## RESUMO

Vários são os problemas que dificultam o Ensino Inclusivo, dentre eles, destacam-se a escassez de materiais didáticos específicos, o despreparo dos professores e a falta de investimento do governo, resultando em uma Educação Inclusiva de baixa qualidade. Incluir alunos com deficiência física / cognitiva ou Surdez nas escolas não é tarefa fácil e isso passa a ser um processo ainda mais complexo quando a disciplina lecionada é a Química. Nesse sentido, o presente trabalho objetivou identificar os problemas e as experiências vivenciadas por docentes no processo de inclusão e investigar a concepção dos discentes de Licenciatura em Química sobre a temática abordada. Para tanto investigou-se a atuação docente na Educação Inclusiva e a formação docente para desenvolver um novo olhar sobre a inclusão no Ensino, sendo uma pesquisa pertinente para que a Educação Inclusiva ganhe mais notoriedade. Para coleta de dados foi aplicado um questionário com 19 graduandos do curso de Licenciatura em Química do CFP e Questionários/Entrevistas com 9 docentes de Instituições de Ensino da cidade de Cajazeiras – PB e São José de Piranhas – PB. Classifica-se esta pesquisa como exploratória e de Levantamento, segundo Gil (2008), já os dados coletados e analisados segundo a proposta de Bardin (2011). A pesquisa realçou o consenso existente entre docentes e perspectivas de discentes a respeito das inúmeras dificuldades que se encontram no âmbito inclusivo. Pode-se inferir que para progredir nesse processo é preciso quebrar os paradigmas existentes e reorganizar as metodologias escolares, pois houve avanços, mas ainda existe um longo caminho a se percorrer para existir de fato uma educação inclusiva de qualidade.

**Palavras-Chave: Ensino de Qualidade. Ensino de Química. Inclusão.**

## ABSTRACT

There are a number of problems that hinder Inclusive Education, among which are the shortage of specific didactic materials, teacher unpreparedness and lack of government investment, resulting in low quality Inclusive Education. Including students with physical / cognitive disabilities or Deafness in schools is no easy task and this becomes an even more complex process when the discipline taught is Chemistry. In this sense, the present work aimed to identify the problems and experiences experienced by teachers in the process of inclusion and to investigate the students' conception of Degree in Chemistry on the subject matter. In order to do so, it was investigated the teaching activity in Inclusive Education and the teacher training to develop a new look on Inclusion in Teaching, being a pertinent research so that Inclusive Education gains more notoriety. For data collection, a questionnaire was applied with 19 undergraduate students of the Licentiate Degree in Chemistry of the CFP and Questionnaires / Interviews with 9 teachers of Teaching Institutions of the city of Cajazeiras - PB and São José de Piranhas - PB. This research is classified as exploratory and Survey, according to Gil (2008), already the data collected and analyzed according to the proposal of Bardin (2011). The research highlighted the consensus among teachers and the perspectives of students regarding the many difficulties that are in the inclusive scope. It can be inferred that in order to progress in this process it is necessary to break existing paradigms and reorganize school methodologies, because there have been advances, but there is still a long way to go in order to exist in fact an inclusive education of quality.

**Keywords: Quality Teaching. Chemistry teaching. Inclusion.**

## LISTA DE SIGLAS

AEE	- Atendimento Educacional Especial
CFP	- Centro de Formação de Professores
DV	- Deficiência Visual
EI	- Educação Inclusiva
INEP	- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases
Libras	- Língua Brasileira de Sinais
NEE	- Necessidades Educacionais Especiais
PB	- Paraíba
TA	- Tecnologia Assistiva
UFCG	- Universidade Federal de Campina Grande

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	11
2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO DE QUÍMICA.....	15
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	17
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	17
3.2 COLETA DE DADOS.....	17
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	18
4.1 DOCENTES DE QUÍMICA DO ENSINO SUPERIOR .....	20
4.2 DOCENTES DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DO ENSINO BÁSICO.....	20
<b>5. CONCLUSÃO</b> .....	22
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	23
<b>ANEXO I</b> .....	26
<b>ANEXO II</b> .....	27
<b>APÊNDICE I</b> .....	30
<b>APÊNDICE II</b> .....	31
<b>APÊNDICE III</b> .....	32

## 1. INTRODUÇÃO

No Brasil, no início do século XVIII, pessoas com deficiências viviam em hospitais e asilos, suas vidas geralmente eram marcadas pelo confinamento e pela exclusão social, tal fase é conhecida como paradigma da Institucionalização, e neste período sequer tinham direito garantido a Educação (ARANHA, 2001). No decorrer do tempo esse cenário começou a mudar, pois no Brasil, assim como em outros países, foram surgindo intervenções e questionamentos a respeito da inclusão. Um dos primeiros acontecimentos históricos com relação a esta temática foi a Declaração de Salamanca emitida em 1994, que estabeleceu uma série de definições e orientações voltadas a inclusão (UNESCO,1994).

A partir das deliberações da Declaração de Salamanca, várias políticas e leis voltadas a inclusão foram criadas, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, o Plano Nacional da Educação (13.005/2014), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.146/2015), esta última prevendo até mesmo pena de multa e reclusão ao gestor que se recusar ou dificultar o acesso ao aluno com deficiência à escola.

A educação é para todos, neste contexto ela deve atender a todas as pessoas independentemente de condições físicas ou intelectuais, devendo existir condições para que o professor possa desenvolver seu trabalho de modo a atender as especificidades de cada aluno. Porém ainda existe uma série de desafios a serem enfrentados para se garantir de fato uma efetiva inclusão na educação, e um dos principais desafios se refere a falta de capacitação do professor para ensinar esse público.

Nesse sentido, a presente proposta de pesquisa visa identificar os principais problemas enfrentados pelos docentes de instituições públicas de Educação Básica e Superior, diante o processo de inclusão, como também investigar as concepções de alunos Licenciandos em Química da Universidade Federal de Campina Grande do Centro de Formação de Professores (CFP) sobre a formação acadêmica nesta perspectiva. Deste modo, buscou-se um diagnóstico da educação de jovens com deficiências no sertão paraibano, buscando reflexões sobre o tema, contribuindo para que a Educação Inclusiva ganhe mais notoriedade.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No Brasil um grande marco histórico ocorreu na época de D. Pedro II com a criação no Rio de Janeiro do Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854, e do Instituto dos Surdos-Mudos em 1857 passando-se este último depois a se chamar de Instituto Nacional de Educação de Surdos, porém embora que estas Instituições tivessem um caráter assistencial, a separação existente de alunos com deficiência, não garantia uma perspectiva totalmente inclusiva.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB), publicada em 1961 já garantia o direito de pessoas com deficiência de estarem enquadradas ao que chamavam de sistema Geral de Ensino, este tema consta do documento sob o título “Educação de Excepcionais” (BRASIL,1961). Sucessível a esta legislação é sancionada a LDB de 1971 que tratou em seu texto sobre a educação de pessoas com deficiência física, mental e também de superdotados (BRASIL, 1971), porém ainda inseridos em escolas específicas. Em 1988 é criada a Constituição Federal que também aborda temas relacionados a inclusão no ensino, estabelecendo proteção e assegurando igualdade de direitos a pessoas com deficiência, bem como o direito ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, sem quaisquer meios de discriminação (BRASIL, 1988).

Entretanto, só a partir da Declaração de Salamanca que a inclusão escolar ganhou outro viés passando a ter o significado de inserir o aluno com necessidades educacionais especiais no mesmo ambiente escolar dos demais. Esse documento fez com que o conceito de inclusão se ampliasse não abrangendo mais apenas aquelas pessoas que tinham deficiência física ou intelectual, mas passando-se a compreender a todas as pessoas, até mesmo os excluídos socialmente. Esta declaração estabeleceu uma série de diretrizes e propostas aos governantes para que o ensino pudesse chegar a todos (UNESCO, 1994). Dentre algumas intitulações estabelecidas nessa declaração têm-se:

- Priorizar por meio de políticas, avanços no sistema educativo de maneira a incluir a todas as crianças independentemente das diferenças ou dificuldades individuais;
- Colocar como matéria de lei o princípio da Educação Inclusiva, admitindo todas às crianças em um espaço comum, a não ser que haja razões fundamentadas que impeçam essa inclusão;
- Garantir mudanças no sistema educativo e nos programas de formação de professores para atender às especificidades dos alunos;
- Incentivar e apoiar a participação dos pais, grupos e organizações de pessoas com deficiência na elaboração e decisões de atividades na área de necessidades educativas especiais.

Posteriormente, surgem outras legislações específicas para regulamentar a Educação Especial, a exemplo disso, a LDB (lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996), nos seus artigos 58 ao 60, contribuiu para melhorias no que diz respeito à inclusão no ambiente escolar, cujo progresso é evidenciado pelo aumento do número de alunos com deficiência nas escolas, segundo dados do Censo Escolar da Educação Básica. Porém, tais acontecimentos exigiram das escolas sumárias adaptações, muitas vezes na ausência de ferramentas de apoio para atender as diversificações em sala de aula.

A inclusão de alunos com deficiência ainda é um grande desafio para muitos professores, principalmente devido à deficiência curricular nos cursos de licenciatura, que não disponibilizam em sua grade curricular disciplinas que possibilitem prepará-los para lidar com a heterogeneidade em sala de aula.

As Universidades ainda carecem de uma formação que viva a inclusão e ultrapasse a linearidade e a simplificação curricular de que basta uma disciplina sobre a área da NEE (Necessidades Educacionais Especiais), para formar professores capacitados a atuarem com o alunado que apresenta dificuldades mais específicas (MOREIRA 2007, p.268).

O componente curricular Língua Brasileira de Sinais (Libras), tornou-se obrigatório nos cursos de formação de professores, pelo Decreto nº 5626 de 2005, porém essa mudança na grade curricular ainda é insuficiente para atender as necessidades dos alunos, tendo em vista que podem ser encontrados outros tipos de deficiência no ambiente escolar e não apenas a auditiva (BRASIL, 2005). Isso ocasiona uma lacuna nos cursos de formação de professores, para Gonzáles (2002, p.162) é necessário haver adaptações curriculares,

[...] relacionam-se com afirmações conceituais que fundamentam a necessidade de um currículo comum, geral, como resposta curricular à diversidade e respeito às diferenças individuais. Essas adaptações podem ser consideradas como a resposta adequada ao conceito de necessidades educativas especiais e ao reconhecimento, numa sociedade democrática, dos princípios de igualdade e diversidade. Se ponto de partida [...] encontra-se num único âmbito curricular: o currículo comum a todos os alunos. Currículo no qual a intervenção educativa deixa de estar centrada nas diferenças para se radicar na capacidade de aprendizagem do aluno integrado a partir de suas características individuais, bem como na capacidade das instituições educativas para responder às necessidades dos alunos.

Segundo Santos (2007) é preciso haver nas Universidades e Instituições remodelações de currículo e introduzir novas práticas de forma a facilitar aos docentes adaptações às habilidades que são fundamentais para lidar com os desafios dessa nova realidade.

Dessa forma, a pesquisa sob a ótica inclusiva torna-se de suma importância pois é preciso existir uma nova reorganização pedagógica, com novas práticas e metodologias de ensino para atender a todas necessidades e particularidades dos alunos, haja vista se ter uma nova realidade escolar. A perspectiva da inclusão é vista com novas possibilidades e mudanças de práticas pedagógicas, a inclusão não deve se resignar sob uma visão superficial na educação (GLAT et al, 2003).

Muitas vezes, insere-se alunos de modo a “fazer de conta”, pois inclui-se apenas fisicamente, sem oferecer oportunidades que possam desenvolver a intelectualidade (ALVES; BARCELOS; QUADROS, 2014). Desse modo o que existe em muitas escolas é um processo de exclusão, por existir de fato um ensino que desfavorece o aluno com deficiência.

[...] a educação inclusiva não existe, o que há na verdade é uma interação entre os indivíduos ditos normais com os de necessidades educacionais especiais. A inclusão é um projeto utópico, longe da realidade. Seus organizadores não são observadores, tampouco pensadores da realidade, pois a verdade é a lógica da realidade. Não há inclusão, porque uma pessoa que é inserida num ambiente nunca fará parte dele, será sempre um corpo estranho. Exemplo disso é só colocar em sala de ensino regular um deficiente físico e um superdotado, será possível notar que estes serão sempre heterogêneos, pelo fato do preconceito em relação ao deficiente e pelo sentimento de inferioridade dos demais em relação ao superdotado. Por isso, esses alunos/educandos nunca serão incluídos... (LINO, 2008, p.1).

Além disso, o professor não deve ser o único e exclusivo responsável por esse processo, a efetivação deste deve ser feita com a participação integrada de toda a comunidade escolar e da família. Não se pode negligenciar a importância da família, esta deve sobretudo incentivar, pois muitos alunos com deficiência têm altas habilidades para aprender, no entanto às vezes a própria família os impõem limitações, acreditando erroneamente que eles não têm a mesma capacidade que os demais.

Para o professor, em muitos casos resta uma enorme sobrecarga pois além ministrar aulas em salas numerosas, deve organizar aulas específicas para aquele aluno especial, modificar métodos e criar alternativas muitas vezes sem auxílio e sem nenhum tipo de preparo e capacitação prévia, fazendo com que o professor ganhe um acúmulo de atividades e funções.

Pelo fato de não ter sido preparado suficientemente nos Cursos de Formação Inicial para ensinar conforme as diferenças, o professor teme ter um aluno com algum tipo de deficiência e quando o tem, em um primeiro momento é acometido por uma série de sentimentos desde medos, angústias e ter até incertezas sobre sua escolha profissional.

Na escola todos são atores, mas os professores são atores de "primeiro plano" e, conseqüentemente, devem-se intensificar os esforços para que lhes sejam garantidas as orientações necessárias ao exercício da profissão docente e que, por outro lado, os professores tomem consciência da sua própria profissionalidade em termos individuais e coletivos (ALARCÃO,2001, p.15).

A Educação Inclusiva (EI) ainda é muito deficiente pois não existe uma organização pedagógica bem definida e estruturada para atender as demandas da sociedade, sendo também insuficiente a quantidade de profissionais que possam oferecer auxílio ao professor.

Bueno (1999), afirma que para ter uma educação baseada na perspectiva inclusiva é preciso existir duas classes de profissionais, os professores generalistas que são aqueles que tem uma formação básica e que possuem conhecimento sobre diversidade e os especialistas que sabem atender melhor às deficiências que os alunos apresentem, porém, não podendo existir uma visão dicotômica entre estes.

A socialização do aluno é outro ponto de grande pertinência nesse processo, Vygotsky um dos grandes pesquisadores da área da educação em sua teoria Sócio Interacionista, já ressaltava que a interação e socialização do indivíduo é essencial para o processo de desenvolvimento e aprendizagem (Vygotsky,1984). Enquanto Henry Wallon outro grande pesquisador, evidenciava a importância da afetividade para o processo de adaptação do sujeito com o meio, favorecendo dessa forma a aprendizagem, afirmava que para se manter as funções cognitivas era necessário que a emoção se mantivesse estabilizada (Wallon, 2008). A integração do aluno deficiente permite que ele fique preparado para a vida em comunidade e os professores fiquem preparados para aprimorar suas habilidades profissionais (STAINBACK, 1999).

A integração do aluno com necessidades educativas especiais preferencialmente na rede regular de ensino permite que todos enriqueçam, deficientes ou não, pois assim todos têm oportunidade de aprender uns com os outros e assim adquirir atitudes, habilidades e valores necessários para a comunidade apoiar a inclusão de todos os cidadãos. (STAINBACK, 1999)

A EI pode ser considerada uma proposta filosófica e uma conquista, sendo que a inclusão social dos alunos com necessidades educativas especiais é tida como um dos fatores fundamentais para uma educação de qualidade (MIRANDA; FILHO, 2012). Ensinar, nessa perspectiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis (MANTOAN, 2003). O repensamento de práticas metodológicas é um caminho que dispensa dúvidas, tal reestruturação faz existir uma aproximação ao ensino de qualidade, haja vista que o modelo tradicionalista de ensino,

ainda predominante nas escolas, deixa uma inclusão desfavorecida, em virtude de o método tradicional não condizer com o que é esperado do ensino.

Desse modo, a ressignificação das funções docentes, discente e de toda a comunidade escolar torna-se essencial para que o aluno com Necessidades Educativas Especiais (NEE) não se sinta diferente e assim a segregação torne-se longe de existir no ambiente escolar. Leis e políticas impõe a obrigatoriedade de haver inclusão nas escolas, mas ao se olhar nas entrelinhas, percebe-se que existe uma contradição, de um lado exige-se inclusão e permanência do aluno com NEE nas escolas, mas do outro o que é oferecido em termos de inclusão e melhor adaptação não condiz com o que é exigido pela lei. Para Carvalho, (2004, p.77):

A Letra das leis, os textos teóricos e os discursos que proferimos asseguram os direitos, mas o que os garante são as efetivas ações, na medida em que se concretizam os dispositivos legais e todas as deliberações contidas nos textos de políticas públicas. Para tanto, mais que prever há que prover recursos de toda a ordem, permitindo que os direitos humanos sejam respeitados, de fato. Inúmeras são as providências políticas, administrativas e financeiras a serem tomadas, para que as escolas, sem discriminações de qualquer natureza, acolham a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outra[...]

Dessa maneira, a inclusão de alunos com deficiência em classes regulares colocou a mostra a falta de preparo de professores, e a falta de práticas metodológicas e de preparação de materiais pedagógicos para que a escola possa ser considerada efetivamente inclusiva (BERTALLI, 2008).

## 2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO DE QUÍMICA

Várias são as dificuldades no Ensino Inclusivo, escassez de materiais didáticos, despreparo dos professores e falta de investimento do governo, são alguns dos problemas que resultam numa EI de baixa qualidade. Incluir alunos com NEE nas escolas não é tarefa fácil e isso passa a ser um processo ainda mais complexo quando a disciplina lecionada é a Química. Considerada difícil por muito alunos a Química tem uma linguagem própria composta de muitas equações, reações e fórmulas, e por ser abstrata torna o entendimento da disciplina difícil para o aluno.

Além disso, outro grande obstáculo no Ensino de Química especificamente a alunos com surdez está relacionado a carência de terminologias Químicas em Libras e de professores desta disciplina que saibam essa língua.

Não se deve haver inclusão no ensino de Química sem um planejamento adequado, inúmeros fatores dificultam a inclusão e é preciso que essa educação transponha as barreiras e

desafios existentes. As dificuldades de aprendizagem nesse contexto são complexas, sendo importante estabelecer novas práticas educativas que possam despertar o interesse de todos os alunos, pensando sempre em alternativas que possam instigá-los a aprender.

O decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008, dispõe que o Atendimento Educacional Especializado “tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas”(BRASIL, 2008). Em vista disso, o profissional desta área pode e deve auxiliar de maneira significativa o docente de Química sempre que necessário. As atividades desenvolvidas nesse atendimento realizam-se no turno inverso ao da escolarização, sendo realizadas atividades complementares como: libras, código braile, soroban, tecnologias adaptadas, trabalhos de atividades diárias, uso de Tecnologias Assistivas (TA), entre outras. O profissional do Atendimento Educacional Especial (AEE) pode auxiliar o professor na confecção de materiais adaptados para facilitar a compreensão do conteúdo estudado. O apoio profissional do AEE é fundamental para se obter progresso na inclusão dentro do ambiente escolar, pois proporciona um trabalho em conjunto, compartilhando saberes, superando as inseguranças ao receber esse aluno.

A utilização de Tecnologias Assistivas é também de grande pertinência para facilitar a inclusão no Ensino, porquanto facilita o processo de aprendizagem de alunos deficientes. Trata-se de um termo ainda novo, utilizado para identificar todo um conjunto de recursos e serviços que contribuem para desenvolver as habilidades funcionais de pessoas com deficiência e por conseguinte, proporcionar maior independência e inclusão (BERSCH; TONOLLI, 2006).

### 3. METODOLOGIA

#### 3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Esse trabalho é classificado, quanto aos objetivos como pesquisa exploratória, pois proporciona familiaridade com o problema, envolvendo levantamento bibliográfico, aplicação de instrumento de pesquisa com docentes e discentes do curso de Licenciatura em Química do CFP a fim de conhecer a sua experiência no contexto de inclusão (GIL, 2008).

Quanto aos procedimentos técnicos é classificada como Levantamento, propondo interrogação a docentes e discentes sobre a experiência no tema em estudo (GIL, 2008). As informações acerca do problema estudado foram coletadas por meio de questionários/entrevistas para, em seguida, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados.

Quanto aos resultados, essa pesquisa utilizou-se do método dedutivo de análise de discurso, pelo fato de centrar-se em diálogos e posicionamentos diversos. Após a transcrição dos relatos do grupo amostral, realizou-se a análise de conteúdo, segundo a proposta de Bardin (2011).

#### 3.2 COLETA DE DADOS

A realização da presente pesquisa foi feita em dois momentos e na respectiva ordem:

1. Aplicação de instrumento de pesquisa contendo questões discursivas com 19 alunos do curso de Licenciatura em Química da Universidade Federal de Campina Grande de Cajazeiras;
2. Aplicação de questionário/entrevistas com questões discursivas com 9 docentes de instituições de ensino da cidade de Cajazeiras –PB e São José de Piranhas –PB.

Os questionários destinados aos discentes e docentes constam no apêndice I e II. As entrevistas realizadas centraram-se em perguntas contidas no questionário destinado aos docentes, as entrevistas foram gravadas.

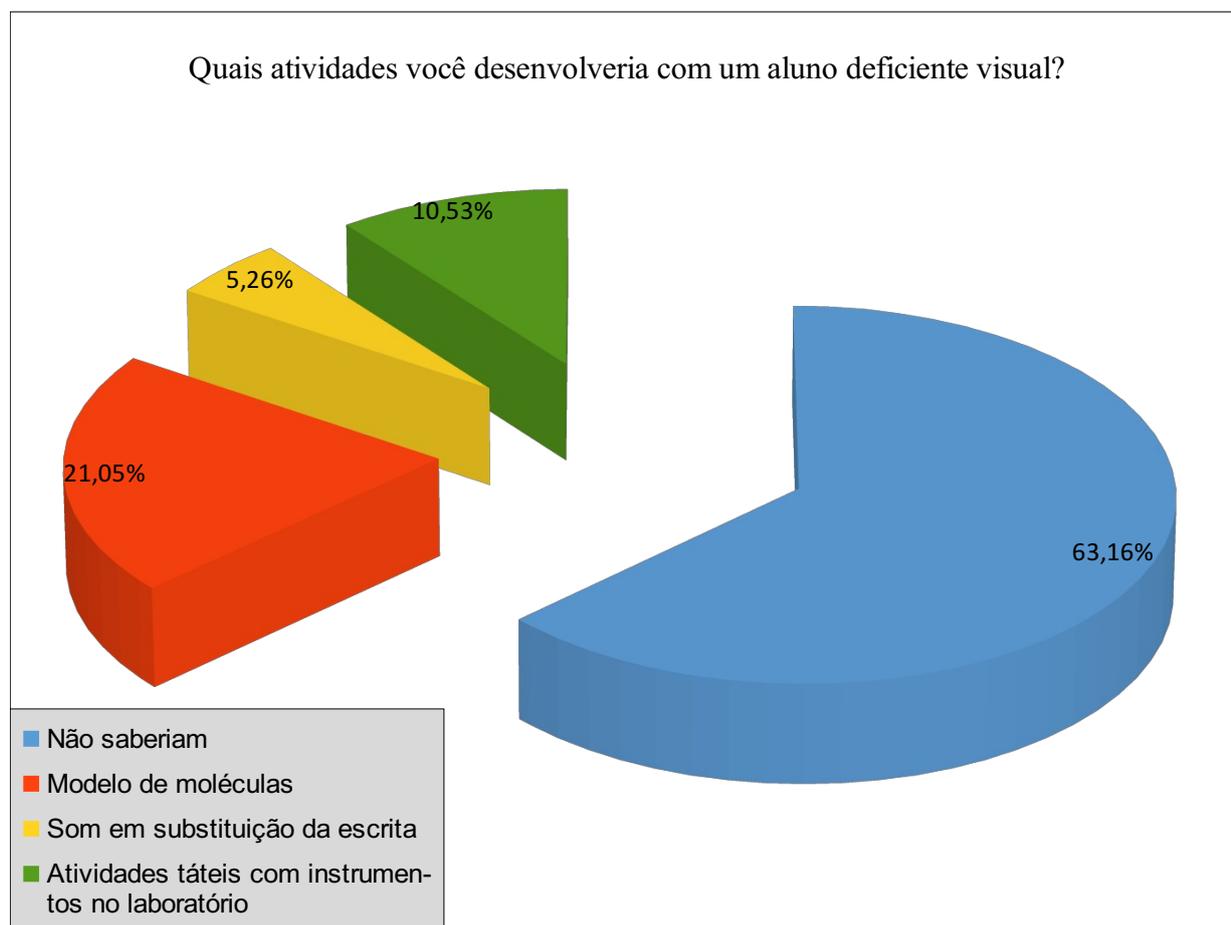
## 4. RESULTADO E DISCUSSÕES

### 4.1 DISCENTES DE QUÍMICA DO CFP

Foi questionado aos discentes de Licenciatura em Química do Centro de Formação de Professores acerca da formação docente no que diz respeito a preparação para lidar com alunos portadores de deficiência física/intelectual ou Surdos. Dos participantes da pesquisa, 89,4% afirmaram que o curso não os prepara suficientemente, o restante 10,6% responderam que existe preparo quanto a inclusão no curso. Este dado corrobora com a análise curricular de cursos de Licenciatura em Química de muitas Instituições Federais, em que geralmente se oferta apenas a Libras como disciplina voltada a inclusão.

Em resposta ao questionamento sobre saber trabalhar com alunos deficientes visuais, 63,16% afirmaram que não saberiam desenvolver qualquer atividade, os demais 36,84% dizem saber desenvolver alguma estratégia ou atividade inclusiva com deficientes visuais. As atividades que supostamente desenvolveriam encontram-se especificadas abaixo, na Figura 1.

Figura 1. Possíveis atividades desenvolvidas



Fonte: Próprio Autor (2018)

A partir dos dados da Figura 1, percebe-se que as atividades propostas pelos graduandos centram-se em uma parte ínfima dos conteúdos do curso de Química do ensino médio, os demais assuntos são mais complexos e provavelmente seria necessário experiência ampla e disponibilidade de tempo para planejamento de confecção de objetos de aprendizagem adequados ao deficiente visual. Entre os assuntos não citados pelos discentes em formação acadêmica, podemos citar a compreensão de tabelas e cálculos químicos, nenhum aluno descreveu atividades associadas a estes conteúdos.

Quando indagados sobre a qualidade da educação inclusiva no Brasil, em torno de 95% afirmaram que o Ensino Inclusivo no nosso país é de má qualidade, apenas um discente afirmou ser de boa qualidade correspondendo a 5% do total de participantes. No Quadro 1, apresenta-se algumas respostas do grupo amostral.

**Quadro 1-** Respostas ao questionamento sobre a qualidade da educação inclusiva no Brasil

Aluno A	Aluno B	Aluno C	Aluno D
“Falta professores qualificados e recursos.”	“Existe iniciativa, mas precisa-se melhorar muito em termos de infraestrutura e qualificação dos professores.”	“Pouco se investe nessa área.”	“O governo muitas vezes não propõe recursos para criar projetos que possibilitem a educação inclusiva.”

**Fonte:** Próprio Autor (2018)

O questionamento sobre o que poderia ser feito para minimizar as dificuldades dos professores de Química na EI apresentou uma grande variação de respostas dentre as quais destacamos algumas no Quadro 2.

**Quadro2-**Respostas ao questionamento sobre possíveis soluções acerca das dificuldades na inclusão

Aluno A	Aluno B	Aluno C	Aluno D
“Mais cadeiras voltadas a todos os tipos de deficiência, não só aos surdos.”	“Cursos preparatórios, pois existem várias deficiências as quais o professor não sabe lidar.”	“Deveria ser realizado estágio com esses alunos.”	“Criar mais projetos que viabilizem práticas pedagógicas para a educação inclusiva.”

**Fonte:** Próprio Autor, 2018

## 4.2 DOCENTES DE QUÍMICA DO ENSINO SUPERIOR DO CFP

Cinco docentes que lecionam o curso de Licenciatura em Química na UFCG participaram da pesquisa e nenhum destes tiveram experiências com alunos deficientes, alguns relataram em suas respostas que teriam dificuldades ao estabelecer novas metodologias acessíveis a estes possíveis alunos. Apesar destes docentes não relatarem vivências acadêmicas com alunos deficientes ou Surdos, dados do censo escolar da Educação Superior, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2017 mostraram aumento do número de alunos deficientes nas universidades públicas do Brasil.

## 4.3 DOCENTES DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DO ENSINO BÁSICO

A entrevista com professores do Ensino Básico evidenciou o consenso existente quanto a ser uma experiência marcada por muitos desafios e complexidades, porém para todos o trabalho é totalmente recompensado ao ver que o aluno com deficiência evoluiu. A maioria relatou as mesmas dificuldades dentre elas: a falta de estruturação nas escolas, falta de materiais didáticos específicos, falta de formação e salas de aula numerosas. Entretanto, um deles relatou apenas dificuldade quanto a elaboração do material didático, não destacando outras, isso aconteceu por três motivos: pelo fato de atuar em uma instituição a nível Federal, porque procurou profissionais para auxiliá-lo e pelo fato de ter buscado uma boa preparação.

O professor “A” relatou a importância da qualificação dos docentes: “Deveria ter uma qualificação dos professores, pois eles não têm conhecimento de como se trabalhar na perspectiva da inclusão”, importância essa reforçada pelo discurso do professor “B”: “... os professores têm que ter uma formação adequada, devem ter um treinamento, um curso aprofundado para trabalhar com esse aluno”. Essa premissa também é vista na linha de pensamento de Fonseca (1995) ao ressaltar a importância da necessidade de existir preparação de todos os professores para obter êxito no processo de inclusão.

O Ensino Superior não fornece o suporte necessário para que o docente possa encarar as diferentes necessidades dos alunos, ele é quase que obrigado a buscar sua preparação, como é evidenciado pelo discurso do professor “A”: “Não se tem a quem recorrer, é o professor por ele mesmo”.

Além disso, o docente deve utilizar-se da própria criatividade para confeccionar materiais pedagógicos: “A confecção de materiais é sempre a parte mais complicada, ganhar a confiança do aluno também não é nada fácil, por já se sentirem excluídos (e são), qualquer aproximação é

difícultosa” (Professor “C”). “Deveria existir uma formação adequada para os professores e se ter mais materiais para trabalhar com esses alunos” (Professor “D”).

Escola e professores precisam estabelecer estratégias para existir equiparação com relação aos conhecimentos, pois o aluno com deficiência ainda é muito desfavorecido nesse sentido, “os alunos obtêm progresso, mas é uma aprendizagem falha, pois se dá aula normal, e o aluno não evolui como os demais...” (Professor “A”).

Miranda (2010) afirma que os desafios da Educação se acentuam na ótica inclusiva, pois esse processo vai muito além de apenas oportunizar o acesso de todos a educação, defendendo que a inclusão deve assegurar que as dificuldades relacionadas a aprendizagem sejam superadas. É necessário um esforço coletivo para se ter igualdade de oportunidades e qualidade no desenvolvimento, a sociedade também precisa promover acolhimento a diversidade (BRASIL, 2001).

Além disso, preparos e capacitações não podem se restringir apenas à teoria, a práxis deve ser contínua nesse processo, teoria e prática devem caminhar juntas, pois quando isso não ocorre a qualificação torna-se insuficiente. “A capacitação era muito técnica, não era uma formação pedagógica, o que eles nos ensinavam era basicamente o que eles aprendiam nos livros, era algo mais teórico e muito superficial”(Professor “B”).

O professor “C” destaca a conscientização como um fator primordial em todo o processo de inclusão, dessa forma é essencial a participação de toda a comunidade escolar para se garantir que esse método possa estender-se a todos “... o primeiro passo é conscientizar professores, pedagogos e alunos sobre a importância da inclusão e que esta educação esteja voltada para a cidadania plena, livre de preconceitos reconhecendo e valorizando as diferenças de cada indivíduo “normal” ou deficiente”. O professor “B” também deixa claro essa ideia: “O processo de inclusão é um processo complexo deve-se incluir todos os envolvidos pois não adianta incluir o aluno apenas na escola e ele não poder usar lá fora. ”

## 5. CONCLUSÃO

A educação pública no Brasil ainda é muito precária e quando esta é vista sob a perspectiva inclusiva a precariedade e os desafios acentuam-se ainda mais, a pesquisa realçou o consenso existente entre docentes e perspectivas de discentes a respeito das dificuldades na Inclusão. Quebrar os paradigmas existentes e reorganizar as metodologias escolares se faz necessário, pois houve avanços, mas ainda existe um longo caminho a se percorrer para existir uma educação inclusiva de qualidade.

É necessário a constante realização de pesquisas sobre o tema, para assim inovar a elaboração na estrutura organizacional das escolas e existir uma educação igualitária e de qualidade para todos, sendo premente fazer com que os governantes deem mais enfoque a essa educação.

Além de políticas, é imprescindível que haja a disponibilização de meios que preparem os professores e estes possam se capacitar podendo adaptar-se desse modo as novas condições de trabalho. O professor deve ser um eterno pesquisador, de maneira a encontrar novas alternativas, pois através de pesquisas é possível evoluir no processo de inclusão, enquanto ainda não se tenha preparação suficiente nos cursos de Formação Inicial.

A escola deve se estruturar física e organizacionalmente para estar adaptada ao aluno, a sociedade deve sempre derrubar os estigmas e preconceitos existentes e o professor deve trazer uma ressignificação do seu papel como docente, de modo a desviar o foco na deficiência do aluno e passar a enaltecer as habilidades, o educador precisa constantemente ensinar aos demais alunos a respeitar as diferenças e peculiaridades de cada um, ensinando-os a ver cada indivíduo como um ser único.

## REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Salete. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. Artigo publicado na **Revista do Ministério Público do Trabalho**, Ano XI, n. 21 março, 2001. pp.160-173. Disponível em: <<http://www.adion.com.br/mznews/data/paradigmas.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2018
- ALARCÃO, I. **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- ALVES, A. A.; BARCELOS, A. S.; QUADROS, A. L. **O Ensino de Química e a Inclusão: O que temos feito?** In: I Seminário Nacional Afirmção das Diversidades, 2014, Centro Federal De Educação Tecnológica De Minas Gerais – Cefet/Mg
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. Tradução de: *L'Analyse de Contenu*
- BERSCHE, Rita; TONOLLI, J. Carlos. **Introdução ao Conceito de Tecnologia Assistiva**. 2006. Disponível em: <[www.bengalalegal.com/tecnol-a.php](http://www.bengalalegal.com/tecnol-a.php)> Acesso em: 05 jun. 2018.
- BERTALLI, J.G. **Ensino de Química para deficientes visuais**. XIV Encontro Nacional de Ensino de Química (XIV ENEQ), 2008.
- CARVALHO, Rosita Édler. **Educação Inclusiva: Com os Pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- BRASIL, Ministério de Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares**. Brasília: MEC / SEF / SEESP, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Parecer CNE/CEB17/2001. Diário Oficial da União, Brasília, 17 de agosto de 2001. Seção 1p.46. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/cne/pdf/CEB017-2001.pdf>>. Acesso em : 11 nov. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) >. Acesso em 04 ago. 2018.
- BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1961. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 13 nov. 2018.
- Decreto nº 5.626, e 2 de dezembro de 2005 –Regulamenta a **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais -Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5626-22-dezembro-2005-539842-publicacaooriginal-39399-pe.html> >. Acesso em 04 jan. 2018.
- BRASIL. **Lei nº5692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. MEC. Ensino de 1º e 2º grau.

BRASIL, **LEI Nº 13.146**, DE 6 DE JULHO DE 2015. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm) >. Acesso em: 04 ago. 2018.

BUENO, J. G. S. Crianças com Necessidades Educativas Especiais, Política Educacional e a Formação de Professores: generalistas ou especialistas? **Revista Brasileira de Educação Especial**, Piracicaba, v.3, n.5, p.7-25, set., 1999.

FONSECA, V. **Educação Especial**. Porto Alegre. Artes Médicas. 1995

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLAT, R. et al. **Formação de professores na educação inclusiva**: diretrizes políticas e resultados de pesquisas. In: *XIII Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino*. Recife, abr 2006.

GONZÁLEZ, J. A. T. **Educação e diversidade**: bases didáticas e organizativas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

LINO, W. A inclusão excludente. Disponível em:  
<[www.cinform.com.br/textodeopiniaoinclusao+excludente](http://www.cinform.com.br/textodeopiniaoinclusao+excludente)> Acesso em 11 nov 2018. LUCKESI. C. C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. São Paulo: Cortez, 1996.

WALLON, H. **Do ato ao pensamento**: ensaio de psicologia comparada. Petrópolis: Vozes, 2008.

MANTOAN, M. T. E. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. In: MANTOAN, M. T. E.; PIETRO R. G.; ARANTES V. M. (org.) *MENDES, E.G.; FERREIRA, J.R. & GLAT, R. Análise das dissertações e teses sobre Educação Especial nas áreas de Educação e Psicologia*. In: MARQUEZINE, M. C., ALMEIDA, M.A. e OMOTE, S. Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Londrina: EDUEL, v.01,137-152, 2003.

MIRANDA, M. de J. C. **Educação Infantil**: percepção de profissionais e familiares sobre inclusão, aprendizagem e desenvolvimento de crianças com deficiência, em Maringá /Br e em Guadalajara/ES. 495f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2010.

MIRANDA, T. G.; FILHO, T. A. G. **O professor e a educação inclusiva**: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 491 p., 2012.

MOREIRA, L.C. Cursos de licenciatura com bases inclusivas: impressões de alunos com necessidades educacionais especiais e de seus professores. IN: JESUS et al (Orgs.) **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**. Porto Alegre: Mediação-Prefeitura Municipal de Vitória CDV-FACITEC, 2007.

RODRIGUES, B.; RUBI, D. A.; BARASSA, J. R.; LIMA, A. A.; ARÇARI, D. P.; GROPPPO, D. P. **Deficiência Visual e Ensino de Química**. Revista Eletrônica. Amparo (SP), 2011.

SANTOS, A. G. D. **A formação do professor de química e as dificuldades para um novo ensino de química**, *Anais do XLVII Congresso Brasileiro de Química, Natal, Brasil, 2007*.

*SACRISTÁN, J. Gimeno. O currículo, uma reflexão sobre a prática. 3. ed., Porto Alegre, RS: Art Med, 2000.*

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999

UNESCO: **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível  
<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 15 agost. 2018.

VYGOTSKY, L. S. 1984. **A Formação Social da Mente**. São Paulo, Martins Fontes.

**ANEXO I****UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – CFP  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA – UACEN CURSO  
DE LICENCIATURA EM QUÍMICA****Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) no estudo “ **RELATO DE EXPERIÊNCIA DOCENTE E PERSPECTIVAS DE DISCENTES DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA DO CFP NO PROCESSO DE INCLUSÃO**”, coordenado pela professora Albaneide Fernandes Wanderley vinculado a UACEN/CFP/UFCG.

Sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Este estudo tem por objetivo geral “Identificar quais os principais problemas enfrentados por alunos e professores no processo de inclusão”. Buscando desta forma: Investigar a atuação de docente na Educação Inclusiva, sondar a formação docente sob os aspectos da Educação Inclusiva, desenvolver um novo olhar sobre a inclusão no Ensino de Química e contribuir para que a Educação Inclusiva ganhe mais notoriedade.”.

Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de maneira codificada, para não permitir a identificação de nenhum voluntário (a).

Você ficará com uma via rubricada e assinada deste termo e qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, poderá ser requisitada com Albaneide Fernandes Wanderley, cujos dados para contato estão especificados abaixo.

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será realizada, além de como será conduzida em relação a minha participação. Portanto, concordo em participar voluntariamente deste estudo.

---

**Assinatura do participante voluntário (a) do estudo**

---

**Assinatura do responsável legal**

---

**Assinatura do responsável pelo estudo**

**Dados para contato com o responsável pela pesquisa**

**Nome:** Albaneide Fernandes Wanderley

**Instituição:** Universidade Federal de Campina Grande – Campus de Cajazeiras

**Endereço Profissional:** Rua Sérgio Moreira de Figueiredo s/n, Casa Populares, Cajazeiras PB.  
CEP: 58900-000. Telefone: 3532 2000

**E-mail:** [albawanderley@gmail.com](mailto:albawanderley@gmail.com)

## ANEXO II

### Transcrição de Relatos

**Professor “A”:**

“Sempre trabalhei em turmas que tinham alunos com necessidades especiais, é uma experiência desafiadora porque se trabalha em um espaço escolar que não está adaptado para a realidade deles, mas é muito gratificante perceber que o aluno avançou de alguma forma na construção do conhecimento. Entre as dificuldades encontradas se tem a falta de material didático adaptado, turmas numerosas e a falta de formação na perspectiva inclusiva, principalmente para quem teve uma formação antes dessa nova legislação. Apenas na minha segunda graduação tive contato com disciplinas inclusivas, nunca tive apoio de profissionais na área inclusiva embora que já tive vários alunos com baixa visão e alunos com deficiência auditiva, não se tem a quem recorrer: é o professor por ele mesmo. Já que eles não são alunos que estão falando e questionando termina que geralmente damos mais atenção aos outros alunos. Os alunos obtêm progresso, mas é uma aprendizagem falha, pois se dá aula normal, e o aluno não evolui como os demais, já preparei vários materiais didáticos já que o sistema não oferta, para os alunos de baixa visão, sempre preparo materiais ampliados. Deveria se ter uma qualificação dos professores, pois eles não têm conhecimento de como se trabalhar na perspectiva da inclusão, é feito de todo jeito, nós professores temos força de vontade, mas não temos preparação, às vezes erramos e nem sabemos que estamos errados. São necessários materiais didáticos adequados, turmas menos numerosas e profissionais que os acompanhem diariamente, pois é difícil trabalhar com turmas numerosas e o aluno especial ao mesmo tempo.”

**Professor “B”:**

“Já ensinei alunos com necessidades especiais e foi muito desastroso pois a escola ainda não está preparada para receber esses alunos. Não tem acompanhamento, a escola não tem material para trabalhar com esse tipo de aluno e nossa formação não é específica para isso e além de tudo a própria comunidade envolvida com a escola não participa desse processo. Durante o curso não tive disciplinas voltadas à inclusão, tive capacitação, mas muito superficial não consegui aprender muito com essa capacitação. Tinham pessoas com formação na área, porém esta era muito técnica, não era uma formação pedagógica, o que eles nos ensinavam era basicamente o que eles aprendiam nos livros, era algo mais teórico e muito superficial. Mesmo com toda falha do sistema na nossa formação conseguimos fazer com que

o aluno aprendesse, através de técnicas e pesquisas conseguimos acompanhar esse aluno dentro de nossas condições limitadas. Quando tive um aluno especial em sala de aula pesquisei muito na internet para poder encontrar estratégias e soluções para fazê-lo aprender, não foi tarefa fácil mas eu e outros professores conseguimos desenvolver a sua aprendizagem. A escola deve além de tudo se estruturar, não tem material, e os professores têm que ter uma formação adequada. O professor deve ter um treinamento, um curso aprofundado para trabalhar com esse aluno. O processo de inclusão é um processo complexo deve-se incluir todos os envolvidos pois não adianta incluir o aluno apenas na escola e ele não poder usar lá fora. ”

**Professor “C”:**

“Ensinei alunos com deficiência visual (DV), foi uma experiência marcante, na verdade acompanhei a trajetória de um aluno deficiente visual como colega e como profissional. A confecção de materiais é sempre a parte mais complicada, ganhar a confiança do aluno também não é nada fácil. Por já se sentirem excluídos (e são), qualquer aproximação é dificultosa. No Ensino Superior só tive a disciplina de Libras como preparo para inclusão. Recebi apoio de profissionais especializados mas para isso tive de buscar ajuda deles por conta própria. Nos dois alunos com DV (colega e aluno) pude perceber um excelente crescimento e através dos dois pude aprimorar o ensino na sala de aula, como: postura, fala e comportamento. Por diversas vezes precisei fazer o material em audiobooks e adaptar o próprio material em sala como recurso para o ensino aprendido. Por exemplo duas canetas servirem para identificarem o eixo X e Y. Utilizar de qualquer objeto para servir também já ajuda bastante. É complicado falar o que deverá ser feito para minimizar as dificuldades no ensino inclusivo porque minha opinião de nada vale se não estiver associada a opinião e ação dos outros envolvidos. Deixa eu tentar explicar: muitos em sala de aula rotulam os indivíduos, esse é surdo, aquele é cego, quando na verdade todos são alunos e que possuem limitações e dificuldades. O primeiro passo é conscientizar professores, pedagogos e os alunos sobre a importância da inclusão e que esta educação esteja voltada para a cidadania plena, livre de preconceitos reconhecendo e valorizando as diferenças de cada indivíduo “normal” ou deficiente. Conscientizar não é uma tarefa difícil, o que é difícil na verdade é manter viva essas informações na cabeça dos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem desses alunos. ”

**Professor “D”:**

“Já ensinei alunos deficientes, mas foi muito difícil porque não tive uma formação adequada para trabalhar com esses alunos. Eles conseguiram aprender, mas muito pouco, deveria existir uma formação adequada para os professores e se ter mais materiais para se trabalhar com esses alunos.”

**APÊNDICE- I**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA – UACEN

**QUESTIONÁRIO APLICADO COM DISCENTES DE QUÍMICA DO CFP**

1. Você acredita que o ensino superior prepara os docentes para lidar com alunos com algum tipo de deficiência?

---

---

2. Você saberia lidar com alunos especiais?

---

---

---

3. Quais atividades você desenvolveria com alunos com deficiência visual no ensino de Química?

---

---

---

---

---

4. Você acha que a educação inclusiva no Brasil é de boa qualidade? Por quê?

---

---

---

---

5. O que você acha que deve ser feito para minimizar as dificuldades que os professores têm de lidar com alunos com necessidades especiais no ensino de Química?

---

---

---

---

**APÊNDICE- II**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA – UACEN

**QUESTIONÁRIO PARA ANÁLISE DE DISCURSO SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

1. Você já ensinou algum aluno com necessidades educacionais especiais?
2. Como foi essa experiência?
3. Quais as principais dificuldades que você se deparou?
4. Você teve na sua formação inicial disciplinas voltadas especificamente ao Ensino Inclusivo?
5. Recebeu apoio de profissionais especializados em inclusão?
6. Você acredita que esse aluno obteve progresso no seu desenvolvimento intelectual?
7. Você já preparou materiais didático-pedagógicos para facilitar o processo de aprendizagem desse aluno?
8. O que você acha que deveria ser feito para minimizar as dificuldades existentes no ensino Inclusivo?

**APÊNDICE -III**

---

RESUMO    AVALIAÇÃO    EDIÇÃO

**SUBMISSÃO**

Autores                    Leidyenne Alves de Lima

Título                      RELATO DE EXPERIÊNCIA DOCENTE E PERSPECTIVAS DE DISCENTES DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA DO CFP NO PROCESSO DE INCLUSÃO

Documento original    **1050-3248-1-SM.ODT** 2018-12-22

Docs. sup.                Nenhum(a)                                    **INCLUIR DOCUMENTO SUPLEMENTAR**

Submetido por            Leidyenne Alves de Lima 

Data de submissão      dezembro 22, 2018 - 06:12

Seção                        SIAT & SERPRO - Resumos: ensino e diversidades

Editor                        Nenhum(a) designado(a)

---